



portalbenews.com.br

TCU programa retomada de julgamento do processo de desestatização do Porto de Santos para amanhã ▶ **p3**

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Para Angelino Caputo, o Brasil está perdendo tempo ao não implantar de vez o Port Community System ▶ **p6**



Divulgação/MOPC

Rota Bioceânica avança no Paraguai

Governo assina contrato para a obra de pavimentação do terceiro trecho da via no país e dá mais um passo rumo à conclusão do corredor ▶ **p6**



Divulgação

GUARUJÁ

Editais para obras da 1ª fase de aeroporto saem em duas semanas
▶ **p4**

NACIONAL Alckmin defende reforma para acabar com “manicômio tributário” ▶ **p3**

SANTOS Mauro Sammarco é reeleito presidente da Associação Comercial ▶ **p5**

CEARÁ Obras da usina termelétrica na ZPE do Pecém começam em abril ▶ **p5**

EDITORIAL

Pelo bem sul-americano

Empreendimento importante para a economia do Brasil, especialmente para seu comércio exterior, ao viabilizar uma saída pelo Oceano Pacífico para as cargas do País, a Rota Bioceânica deu mais um passo para sua efetiva implantação. No último dia 1, o Governo do Paraguai assinou o contrato para a obra de pavimentação do terceiro trecho da via no país (Rota PY15). A área compreende os municípios de Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo, com extensão de 224,8 quilômetros, dividida em lotes.

Com a assinatura do contrato, as empresas responsáveis pela obra terão seis meses para concluir o projeto final de engenharia, dois anos para construir e oito anos para manter esse trajeto. E além do asfaltamento da pista, haverá melhorias viárias nas duas cidades paraguaias, como a implantação de rotatórias, acessos aos aeroportos, cabines de pedágio e pesagem de veículos.

São passos importantes. Mas deve-se destacar que, dada a configuração da obra, que ligará por rodovia o Paraguai ao Brasil, à Argentina e ao Chile, sua conclusão depende de um esforço conjunto, um verdadeiro exercício de integração sul-americana.

Tal projeto aproximará esses países e criará as condições para impulsionar suas economias e, assim, deve ser defendido por tais nações. É comum ter a união subcontinental defendida nos discursos das autoridades, mas elas devem garantir que tal teoria se traduza em prática.

O apoio à Rota Bioceânica é um compromisso dos quatro países e seus governantes não deve titubear para garantir essa obra, que já avançou, mas ainda depende de investimentos pontuais. E justamente nessa etapa, os trabalhos devem ser mantidos. Pelo bem sul-americano.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 6 Paraguai assina contrato para pavimentar trecho da Rota Bioceânica

HUB

- 3 TCU vai retomar julgamento do processo de

NACIONAL

- 3 Alckmin defende aprovação de reforma para acabar com “manicômio tributário”

Grupo de Trabalho na Câmara estuda Reforma Tributária

REGIÃO SUDESTE

- 4 Editais para obras da 1ª fase do Aeroporto de Guarujá saem em duas semanas

- 5 Mauro Sammarco é reeleito presidente da Associação Comercial de Santos

REGIÃO NORDESTE

- 5 Obras da usina termelétrica na ZPE do Pecém começam em abril

COLUNA tecnologia & inovação

- 6 “Port Community System: Estamos perdendo tempo!”, por Angelino Caputo

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Vanessa Campos e Vanessa Pimentel

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Desestatização 1

O Tribunal de Contas da União (TCU) programou a retomada do julgamento do processo de desestatização do Porto de Santos (SP), o mais importante do País, para amanhã, quarta-feira, dia 8. O caso voltará a ser analisado mesmo que o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, tenha afirmado e reafirmado que tal iniciativa estava descartada no atual governo. Segundo o titular da pasta, o máximo que poderá ocorrer é a concessão da gestão de serviços de apoio portuário, como a administração da dragagem, o que já vem sendo estudado pela equipe do Ministério.

Desestatização 2

A última manifestação do TCU sobre a desestatização do cais santista - um projeto do governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL) - ocorreu em dezembro, quando o plenário passou a estudar a questão e houve a apresentação do voto do ministro Bruno Dantas, hoje presidente da Corte. Dantas sugeriu que o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avaliasse outras privatizações de autoridades portuárias antes de seguir com o processo santista. Logo em seguida, três ministros pediram vistas ao processo, suspendendo a tramitação do caso.

Biral

Recém-exonerado da presidência da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral já tem uma nova missão profissional. Nessa segunda-feira, dia 6, a Mapa Capital, escritório de consultoria empresarial, o anunciou como seu novo sócio sênior. Em seu comunicado, ela destacou a passagem do executivo pela SPA, que presidiu por três anos, sua experiência em mais de 20 projetos de reestruturação e planejamento financeiro em companhias como Grupo Pão de Açúcar, Embratel, Petrobras e Banco do Brasil.

TAP 1

Os ministros Fernando Medina (Finanças) e João Galamba (Infraestruturas), de Portugal, decidiram ontem demitir, “com justa causa”, os principais dirigentes da companhia aérea TAP - o presidente do conselho de administração, Manuel Beja, e a CEO, Christine Ourmières-Widener. A decisão foi tomada após terem recebido o relatório da Inspeção-Geral de Finanças sobre a saída da administradora da empresa, Alexandra Reis. Medida destacou que a saída de Alexandra com uma indenização de 500 mil euros “levantou uma legítima indignação no país”.

TAP 2

O novo CEO da TAP é Luíz Manuel da Silva Rodrigues, que atuava como presidente-executivo da Sata, as linhas aéreas dos Açores. Ele também ficará à frente do conselho de administração, informou Galamba.

Alckmin defende aprovação de reforma para acabar com “manicômio tributário”

Na opinião do vice-presidente e ministro, medida é essencial para recuperar a competitividade da indústria brasileira

Reprodução/Instagram/Geraldo Alckmin



Alckmin discursou durante o evento “Cresce Brasil, mais engenharia e mais desenvolvimento”, organizado pela Federação Nacional dos Engenheiros

MARÍLIA SENA
redacao@portalbenews.com.br

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, cobrou a aprovação da Reforma Tributária ainda este ano. Ele considera o atual sistema um “manicômio tributário”.

“Temos que fazer a reforma tributária. Não é possível esse manicômio tributário em que nós vivemos. Vai tudo parar na Justiça. A melhor profissão do mundo é a de advogado tributarista. É uma fábula o valor das ações e judicialização de tudo”, disse Alckmin durante o evento “Cresce Brasil, mais engenharia e mais desenvolvimento”, organizado pela Federação Nacional dos Engenheiros, na capital paulista.

Na análise de Alckmin, a

aprovação da Reforma Tributária - texto que está travado desde 2019 no parlamento - é essencial para recuperar a competitividade da indústria brasileira. Para o vice-presidente, a ideia “não é tirar de um e dar para o outro, é neutralidade sob o ponto de vista tributário”.

Alckmin também defendeu a reoneração da gasolina. “Um bom exemplo!”. Para o ministro, esta é uma maneira de oferecer segurança fiscal.

A mudança anunciada pelo Ministério da Fazenda, na última terça-feira (28), fará com que a cobrança do Pis/Cofins e da Cide sobre a gasolina fique em R\$ 0,47 o litro, mas considerada a redução de R\$ 0,13 anunciada pela Petrobras o valor cai para R\$ 0,34 por litro. No etanol, o acréscimo é de R\$ 0,02 por litro.

“Olha o bom exemplo do combustível. Bom exemplo. Eu defendo isso. Explico isso: você tirou todos os impostos, Pis/Cofins e Cide também para óleo

diesel, gás de cozinha, etanol e óleo diesel. O que o governo do presidente Lula fez? O correto”, afirmou.

Cobranças na Esplanada

Alckmin não é o primeiro ministro a cobrar celeridade na tramitação da Reforma Tributária. Na semana passada, Renan Filho, Ministro dos Transportes, também cobrou que o Congresso Nacional aprove o texto ainda em 2023.

“Este ano, não teremos outra PEC da Transição, teremos que aprovar novo arcabouço fiscal e reforma tributária para que o país volte a crescer e termos mais recursos para voltar a investir e fortalecer a competitividade”, enfatizou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que acredita que um novo texto pode ser aprovado na Câmara dos Deputados no mês de abril “se houver uma boa negociação”. O chefe da pasta tem se debruçado em reuniões sobre o

tema com o presidente Lula e com lideranças partidárias para acelerar os acordos.

Contrapartida

Em contrapartida, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou que o governo ainda não tem votos suficientes para aprovar projetos dentro do Congresso Nacional.

Nós teremos um tempo para que o governo se estabilize internamente. Porque, hoje, o governo ainda não tem uma base consistente nem na Câmara, nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matéria de quórum constitucional”, disse Lira.

Segundo o presidente da Câmara, o apoio começa a ser traçado nesta semana com a definição da presidência das comissões permanentes da Casa, com as reuniões entre líderes partidários e com a coordenação política do Palácio do Planalto.

Grupo de Trabalho na Câmara estuda Reforma Tributária

Um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados estuda o texto da Reforma Tributária e a oneração dos combustíveis. As atividades do GT começaram na última quarta-feira (1).

A ideia dos deputados é

apresentar um parecer do texto que tramita desde 2019 para os outros parlamentares com sugestões e críticas. Hoje (7), o colegiado vai receber o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fa-

zenda, Bernardo Appy, para debater o assunto.

O coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), já afirmou em declarações à imprensa, que é favorável à cobrança de impostos

sobre os combustíveis para ampliar a receita e diminuir o rombo fiscal. “Como o governo vai resolver a questão dos preços dos combustíveis e onerar o setor? Tem que onerar”, disse.

REGIÃO SUDESTE

Editais para obras da 1ª fase do Aeroporto de Guarujá saem em duas semanas

Infraero divulgou que orçamento para primeiros trabalhos está orçado em cerca de R\$ 30 milhões

Divulgação



As obras no aeroporto têm execução prevista de seis meses e viabilizarão o início dos voos para aeronaves tipo jatinhos e turboélices já no segundo semestre de 2023

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

A Prefeitura de Guarujá anunciou que vai lançar os editais de licitação das obras da primeira fase do Aeroporto Civil Metropolitan de Guarujá, localizado na Base Aérea de Santos, em duas semanas. Na última semana aconteceu uma reunião, em Brasília, com representantes da Administração Municipal, Ministério dos Portos e Aeroportos e da Infraero. Ao todo, serão três editais pertencentes à primeira fase de obras dos trabalhos.

Contratada para assessorar a Prefeitura de Guarujá, a Infraero, junto aos técnicos da Administração Municipal, providenciou a última atualização na planilha orçamentária das primeiras obras, que estão estimadas em R\$ 29.145.523,30. Uma nova atualização é neces-

A INFRAERO, JUNTO AOS TÉCNICOS DA PREFEITURA, PROVIDENCIOU A ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DAS PRIMEIRAS OBRAS, QUE ESTÃO ESTIMADAS EM R\$ 29.145.523,30

sária a cada seis meses e a última planilha havia vencido em dezembro de 2022.

A última atualização orçamentária, segundo a Prefeitura, representou um acréscimo de cerca de 8% em relação à última planilha, que estava avaliada em cerca de R\$ 27 milhões.

“Estamos atendendo aos pedidos de celeridade feitos pelo Ministério de Portos e Ae-

roportos e dentro de duas semanas as licitações já devem estar correndo”, avaliou Adalberto Ferreira da Silva, secretário de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá.

A reunião em Brasília contou com as participações do presidente da Infraero Rogério Amado Barzellay, do representante do Ministério dos Portos e Aeroportos, Renato de Andrade, além dos deputados Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e Caio França (PSB).

Barbosa, inclusive, vai presidir na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos. Na pauta, estão os avanços para criação de mais aeroportos na região do litoral de São Paulo, além de levantar projetos para desenvolvimento do Porto de Santos. O lançamento oficial, segundo o parlamentar, ocorrerá em 15 de março na Capital Federal.

Obras

As obras da primeira fase do Aeroporto Civil de Guarujá, na Base Aérea, em Vicente de Carvalho, serão divididas em três

editais: o maior deles é para a adequação da pista, drenagem e área de taxiamento, avaliado em R\$ 22,4 milhões. Um segundo prevê a implantação do terminal de passageiros provisório, calculado em R\$ 3,5 milhões, e o terceiro é para o cercamento e sinalização da pista, avaliado em R\$ 3,1 milhões. No total, R\$ 29,1 milhões.

De acordo com a Prefeitura, o projeto do aeroporto já tem concretizada a composição orçamentária. R\$ 10 milhões virão do Ministério de Portos e Aeroportos do Governo Federal, recentemente anunciados pelo ministro Márcio França. Outros R\$ 10 milhões virão de emenda da Bancada Paulista na Câmara Federal.

Outros R\$ 5,2 milhões virão do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). À Prefeitura de Guarujá, caberá uma contrapartida estimada em R\$ 3,9 milhões, de recursos municipais. O projeto global do Aeroporto contempla quatro fases para sua implantação.

As intervenções têm execução prevista de seis meses e

viabilizarão o início dos voos para aeronaves tipo jatinhos e turboélices, com capacidade de até 90 passageiros, já no segundo semestre de 2023.

Acessos

A Prefeitura de Guarujá já havia anunciado que conquistou recursos para melhorias no acesso ao aeroporto, junto ao Governo do Estado de São Paulo.

O prefeito Válder Suman (PSDB) assinou convênio de R\$20,4 milhões para obras nos acessos, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur). Desse valor, R\$20,1 milhões foram garantidos, com contrapartida municipal de R\$ 356,5 mil.

De acordo com o município, serão executadas a revitalização completa com execução de drenagem de vias municipais, novo pavimento asfáltico, troca de guias e sarjetas, remodelação da ciclovia e canteiros, execução de calçadas, paisagismo, acessibilidade e sinalização na Avenida Presidente Vargas e Rua São Paulo.

REGIÃO SUDESTE

Mauro Sammarco é reeleito presidente da Associação Comercial de Santos

Concorrente da Chapa 1 conquistou 107 votos dos 147 associados

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

Mauro Sammarco foi reeleito presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), em pleito realizado ontem (6), na sede da instituição, no Centro de Santos. Concorrente da Chapa 1 (ACS em Primeiro Lugar), ele venceu o empresário Ronaldo Jamar Taboada que integrava a chapa 2 (ACS Para Todos).

De acordo com a entidade, 147 associados estavam aptos para participar da assembleia, que ocorreu no auditório da ACS. A Chapa 1 venceu com 107 votos, enquanto que a Chapa 2 teve 40 votos.

Com o resultado, Mauro Sammarco, que estava na presidência da ACS desde março de 2020, seguirá à frente da instituição pelo triênio 2023-2026.



Além de Mauro Sammarco para a presidência, foram eleitos os membros da Diretoria Executiva da Associação Comercial de Santos

“É um reconhecimento pelo trabalho que a gente fez. A gente está no caminho certo. Mostra uma extrema união. Agora é uma associação só. (Vamos) seguir em frente com o apoio da maioria dos associados”, comentou Sammarco após o resultado da assembleia.

Também foram eleitos os

membros da Diretoria Executiva: Elber Alves Justo (1º vice-presidente), Carlos Alberto Fernandes Santana Junior (2º vice-presidente), Rogério Mathias Conde (1º diretor financeiro), Roseide Fassina (2ª diretora financeira), Marcelo Teixeira Filho (1º diretor-secretário), Ricardo Molitzas (2º diretor-

secretário), Evelyse Silva Lopes (1ª suplente) e Luis Antonio Floriano (2º suplente). De acordo com a ACS, essa será a primeira vez que duas mulheres ocupam uma posição de destaque na diretoria.

Além disso, também tomou posse o Conselho Fiscal, que será composto pelos titula-

res Jorge Mariano, Luiz Roberto Colombo Barboza e Paulo Fernandes Filho e pelos suplentes Alex Veríssimo Mendes, André Luiz Collacio Lettieri e Renan Marreiros Hazan.

Propostas

Entre as prioridades de Sammarco estão a continuidade de pautas e iniciativas relevantes para o crescimento e desenvolvimento econômico e social da região; criação de uma rede colaborativa entre as associadas em parceria com a Fundação Dom Cabral, e um olhar especial em tecnologia, com o objetivo de tornar Santos um hub de inovação.

Nascido em 18 de outubro de 1975, Mauro Sammarco é sócio-diretor das empresas Brazil P&I, correspondente de clubes de proteção e indenização de navios, e da Bowline Marine & Cargo Consultants, consultoria de engenharia e projetos sustentáveis nas áreas portuária e de logística.

REGIÃO NORDESTE

Obras da usina termelétrica na ZPE do Pecém começam em abril

Contrato para a construção do equipamento foi assinado no fim do mês passado

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

As obras da Usina Termelétrica Portocem, que será construída na Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE-Ceará), no Complexo Portuário do Pecém, devem começar em abril.

No último dia 21, a Portocem Geração de Energia S.A, empresa que irá operar o equipamento, assinou o contrato com o consórcio formado pela Consag (do Grupo Andrade Gutierrez) e pela Mitsubishi Power, que serão responsáveis pela construção, em um investimento de R\$ 4,7 bilhões.

A expectativa é que a Usina Termelétrica de Energia (UTE) Portocem entre em operação em 1º de julho de 2026.

Segundo o contrato, a Mitsubishi Power será a responsá-



A Usina Termelétrica Portocem será construída na Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE-Ceará), no Complexo Portuário do Pecém

vel pelo fornecimento das turbinas a gás, e a CONSAG pelo desenvolvimento dos projetos básico, executivo, obras civis, implantação da linha de transmissão e subestações, entre outras responsabilidades.

Para Ronan Dias, CEO da Portocem, a obra vai transformar a região em um “importante” hub de gás natural na Amé-

rica Latina, atraindo diversos investimentos sustentáveis.

Em relação aos empregos, são previstas 1.700 vagas diretas nas etapas que englobam a construção de estruturas.

Quando entrar em operação, haverá oportunidades em funções técnicas, que demandam profissionais especializados operadores/mantenedores.

Leilão

Com um projeto de 1.572 MW, a UTE Portocem venceu o 1º Leilão de Reserva de Capacidade de Potência (CRCAP), realizado em 21 de dezembro de 2021 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O empreendimento dará

mais segurança ao Sistema Interligado Nacional (SNI), operando nos momentos de baixo nível de água nos reservatórios das hidrelétricas, baixa velocidade de ventos (que prejudica a geração eólica) e baixa intensidade de sol (geração fotovoltaica).

Daniel Breanza, diretor de Negócios da CONSAG, acredita que a construção do equipamento em parceria com a Portocem e a Mitsubishi Power, “é um importante marco para a história da CONSAG, reforçando a posição do grupo como um grande player no setor de energia e infraestrutura no Brasil e no mundo”.

A outorga do Ministério de Minas e Energia veio em agosto de 2022 e o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica foi assinado posteriormente, em novembro, com duração de 15 anos.

MERCOSUL

Paraguai assina contrato para pavimentar trecho da Rota Bioceânica

Trecho fica entre Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo e terá investimento de US\$ 354,2 milhões

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Foi dado mais um passo para a conclusão da Rota Bioceânica, um corredor rodoviário que ligará Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. O governo paraguaio assinou na última terça-feira (1º) o contrato para a obra de pavimentação do terceiro trecho da via no país (Rota PY15). A área compreende os municípios de Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo, com extensão de 224,8 quilômetros, dividida em lotes.

O evento, sediado no Palácio de López, sede do governo do país, em Assunção, foi encabeçado pelo presidente da República, Mario Abdo Benítez, juntamente com o ministro de Obras Públicas, Rodolfo Segovia.

A obra terá um investimento de US\$ 354,2 milhões, financiado com recursos do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), e será executada em três lotes, informou o Ministério de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai (MOPC).

A partir da assinatura do contrato, as empresas responsáveis pela obra terão seis meses para elaborar o projeto final de engenharia, dois anos para construir e oito anos para manter o trajeto.

Além do asfaltamento da rodovia, estão previstas melhorias viárias nas cidades de Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo, como a implantação de rotatórias, acessos aos aeroportos, cabines de pedágio e pesagem de veículos.

Em Pozo Hondo, na fronteira com a Argentina, será

construído um centro de controle.

O MOPC explicou que a extensão da Rota Bioceânica dentro do país foi dividida em trechos para a pavimentação. O primeiro, de Carmelo Peralta a Loma Plata, tem 277 quilômetros e já está concluído. O investimento foi de US\$ 443 milhões.

Já em Carmelo Peralta está sendo construída a ponte internacional sobre o rio Paraguai, que ligará o país ao Brasil via Porto Murtinho, cidade do Mato Grosso do Sul. A obra foi viabilizada por um consórcio binacional e investimento de R\$575,5 milhões.

O equipamento terá 1.310 metros de comprimento e 20,10 metros de largura e é considerado fundamental para concretizar a Rota Bioceânica rodoviária.

Outro trecho da rota no



O ministro de Obras Públicas do Paraguai, Rodolfo Segovia, durante assinatura do contrato, na sede do governo paraguaio

Paraguai tem 102 quilômetros, com investimento previsto de US\$ 110 milhões e sairá de Centinela para Mariscal Estigarribia.

Metas

A ideia é que a rota bioceânica diminuirá o custo, a distância e o tempo de viagem das expor-

tações brasileiras, trazendo mais competitividade aos produtos nacionais.

Para o Brasil, deve atrair terminais logísticos e a instalação de portos secos. O novo caminho encurta em 17 dias a viagem de mercadorias entre o Mato Grosso do Sul e a Ásia.

tecnologia & inovação

ANGELINO CAPUTO



A coluna Tecnologia & Inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo

Port Community System: Estamos perdendo tempo!

Segundo a IPCSA (International Port Community Systems Association), entidade mundial que congrega autoridades portuárias, aeroportuárias, operadores de Port Community Systems e operadores de sistemas do tipo Single Windows, um PCS é uma plataforma eletrônica que conecta os múltiplos sistemas operados por uma variedade de organizações que compõem um porto marítimo ou uma comunidade aeroportuária. É partilhada no sentido de que é criada, organizada e utilizada por empresas do mesmo setor.

A princípio, um PCS não é um sistema em si, mas uma plataforma de troca automatizada e ágil de informações entre os diversos sistemas que o utilizam como recurso de integração. Assim, numa comunidade portuária, cada empresa, entidade, órgão público ou prestador de serviços continuam com seus próprios

sistemas e combinam, de forma voluntária, a troca das informações que precisam uns dos outros para agilizarem seus processos, aumentando a eficiência da comunidade como um todo.

A entrada no PCS é por adesão, nunca impositiva. Quem participa tem de ver alguma vantagem operacional ou de gestão. Por ser um ambiente coletivo e a princípio sem fins lucrativos, deve haver um modelo de governança para se definir o rateio dos custos, as regras de segurança das informações, os mecanismos de solução de conflitos etc.

O PCS não tem um dono específico. Ele é de toda a comunidade, que pode perfeitamente escolher alguém mais neutro para abrigá-lo e operá-lo. No resto do mundo, a autoridade portuária tem se mostrado como a entidade que mais facilita a orquestração e gera

menos conflitos. Mas existem portos que criaram entidades específicas apenas para operar seu PCS.

No Porto de Santos, por exemplo, temos uma complexidade enorme de relacionamentos entre os diversos atores, que variam desde parcerias estratégicas e operacionais até verdadeiros conflitos jurídicos e comerciais. O desejável é que exista uma maturidade empresarial que não inviabilize a implantação do PCS por conta das eventuais "diferenças" entre os agentes envolvidos.

Na minha modesta opinião, uma das formas possíveis para se equacionar isso tudo seria a criação formal das Comunidades Portuárias, de forma similar à que observamos nos portos de Portugal. Assim teríamos a Comunidade Portuária de Santos, a Comunidade Portuária do Rio, de Suape, de Itajaí etc. Seriam uma espécie de condomínio ou associação, com estatuto próprio, mantenedores, membros convidados (órgãos de governo, por exemplo), sede própria ou não, equipe própria ou cedida pelos mantenedores, tudo dependendo do bom senso da própria comunidade.

A Comunidade Portuária de Santos, por exemplo, teria como principal vocação a manutenção

e a operação do PCS de Santos. Poderia participar das reuniões do CAP e promover jornadas de inovação tecnológicas comunitárias, entre outras atribuições a serem definidas pela própria comunidade.

Na verdade, já temos bons inícios de PCS no Brasil. Os estudos desenvolvidos pelo Palladium Group, com recurso do Prosperity Fund UK para os portos de Santos, Rio, Suape e Itajaí, estão à disposição dessas comunidades para que os projetos avancem. Enquanto isso, em Paranaguá, uma parceria da Fundação Valencia Port com a APPA tem produzido, por enquanto, os melhores resultados na implantação real de um PCS aqui no Brasil. Por que não aproximar também essa experiência dos demais projetos?

A sensação que fica é que estamos perdendo tempo e que não estamos aproveitando um conceito já mundialmente testado para darmos maiores eficiência, segurança e competitividade aos portos brasileiros. Minha proposta é que aproveitemos a mudança na gestão das autoridades portuárias, para colocarmos desde o primeiro dia os PCS na pauta prioritária, sem deixar de convidar todas as entidades públicas e privadas a se envolverem nesse debate.

